



Triunfo

TRANSBRASILIANA

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2024

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	37
Demonstrações contábeis	42
Notas explicativas em 31 de dezembro de 2024	49



AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2024, juntamente com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), acrescidas do balanço social, com o objetivo de divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. INTRODUÇÃO

1.1 A Transbrasiliana

A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia” ou “Triunfo Transbrasiliana”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, 451, centro, no município de Lins, no estado de São Paulo, e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a categoria “B”, sem ações negociáveis no mercado.

Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 5 de janeiro de 2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser administrado pela Triunfo Transbrasiliana.

Neste período, a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lindeiras. São mais de 600 profissionais, entre empregos diretos e indiretos, que atuam na operação, conservação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lindeiros que originam os profissionais. Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Rodovia Transbrasiliana no estado de São Paulo. Inicia-se no município de Içém, divisa com o estado de Minas Gerais, e termina na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná. A rodovia passa por 22 municípios.



Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações de rodovias estaduais, a via recebeu, em média, 25,1 milhões de veículos equivalentes no ano de 2024.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DIVISA SP/PR, até 17 de fevereiro de 2033. Uma vez extinta a concessão, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário retornam ao Poder Concedente.

A Companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio:

- P1 - localizada no km 35+800, em Onda Verde;
- P2 - localizada no km 98+900, em José Bonifácio;
- P3 - localizada no km 183+800, em Lins; e
- P4 - localizada no km 268+100, em Vera Cruz.

Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais - BSOs:

- BSO1 - localizada no km 23+700, em Nova Granada;
- BSO2 - localizada no km 71+800, em São José do Rio Preto;
- BSO3 - localizada no km 122+500, em Ubarana;
- BSO4 - localizada no km 173+700, em Guaiçara;
- BSO5 - localizada no km 217+500, em Marília;
- BSO6 - localizada no km 278+300, em Ocaçu; e
- BSO7 - localizada no km 322+700, em Ribeirão do Sul.

1.2 Destaques do Ano

A atividade econômica brasileira fechou o ano de 2024 com um avanço de 3,4% no Produto Interno Bruto (PIB) em relação a 2023. A taxa de desemprego média de 2024 foi de 6,2%, contra 7,4% em 2023, o que corresponde a cerca de 6,8 milhões de desempregados, afetando diretamente a renda das famílias, em consequência da lenta retomada do crescimento econômico.

Como forma de mitigar os efeitos da lenta retomada do crescimento econômico, a Companhia promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos. A seguir, os destaques de 2024:



1.2.1 Sustentabilidade

Na Triunfo Transbrasiliana, a sustentabilidade constitui parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas, projetos e ações que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade.

A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas Triunfo gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura.

Alinhada a estes propósitos, a Companhia desenvolve diversos programas, projetos e ações que vão ao encontro das diretrizes da agenda *Environmental, Social and Governance (ESG)* e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

1.2.2 Agenda Social

A Triunfo Transbrasiliana envolve-se com causas e iniciativas relacionadas à agenda social e ao engajamento comunitário por meio de ações, projetos e programas que impactam positivamente seus profissionais e as comunidades lindeiras e que contribuem para o desenvolvimento social. Dentre eles:

- **Campanhas Educativas:** A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas causados com o descarte irregular de lixo na rodovia, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros.
- **Programa na Mão Certa:** desde 2015, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, por meio do Programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil. A Companhia atua levando informações e conscientizando a sociedade em geral sobre a importância do enfrentamento destas graves



por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras;

- **Agentes de Proteção:** a Companhia adota a causa da proteção à infância por meio do projeto “Agentes de Proteção”. Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacita todos os profissionais da empresa para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. O objetivo é capacitar 100% do quadro funcional sobre o tema enfrentamento à exploração e/ou violência sexual infantil.

Em 2024, todos os profissionais da empresa foram capacitados por um treinamento de atualização. Durante o treinamento, os Agentes de Proteção aprendem sobre as diretrizes e conceitos atualizados de órgãos e entidades de proteção à infância, os tipos de canais de denúncias, esclarecem dúvidas e têm a oportunidade de recordar como devem agir em casos de possíveis crimes contra crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora do horário de trabalho. Além disso, os profissionais tornam-se multiplicadores do canal de denúncias voltado para violação de Direitos Humanos, o Disque 100;

- **Faça Bonito:** a Companhia reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientizações que reforçam o compromisso da Concessionária de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente;
- **Educação para a Sustentabilidade:** em parceria com o Instituto Triunfo, o projeto Educação para Sustentabilidade estimula alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt;
- **Programa Atleta do Futuro – PAF:** a Companhia acredita no esporte como fator de inclusão social, educação e cidadania e investe no Programa Atleta do Futuro – PAF, do Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI-SP). Desde 2018, a empresa é madrinha da iniciativa em diversos municípios limieiros.

Em 2024, a Triunfo Transbrasiliana renovou os convênios de cooperação técnica do PAF com os municípios de Guaiçara, Getulina, Lins e assinou com os municípios de Campos Novos



Paulista e Vera Cruz. A parceria entre a Concessionária e o PAF conta com mais de 1mil alunos (entre crianças e adolescentes de 06 a 17 anos) que praticam diversas modalidades esportivas, como: basquete, futebol, voleibol, atletismo, natação e futsal. O objetivo é promover a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens por meio de atividades esportivas.

- **Um Freio na Fome e Operação Inverno:** alinhada à sua Política de Sustentabilidade, a Triunfo Transbrasiliana mantém um diálogo aberto junto às comunidades lindeiras a fim de fomentar a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Algumas dessas iniciativas que beneficiam os municípios lindeiros são: as campanhas Um Freio Na Fome e Operação Inverno. Coordenadas pelo Instituto Triunfo, as campanhas anuais Um Freio Na Fome e Operação Inverno promovem a entrega de cestas básicas e cobertores, respectivamente, para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade e/ou Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Em 2024, foram mais de 2 toneladas de alimentos não-perecíveis entregues, no total, para famílias de Ocaçu, Jaci e para o Lar Bom Samaritano de Lins Salto – que cuida de pessoas em situação de rua -, além de 150 cobertores para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade de José Bonifácio e Mirassol, sendo 75 cobertores entregues para cada entidade. Para a escolha dos municípios beneficiados são levados em consideração os baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais.

- **Maio Amarelo:** a Companhia planeja diversas ações de conscientização para um trânsito mais seguro. Apoiadora do Movimento Maio Amarelo, a Concessionária chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa, com apoio da Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV, sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da Companhia.
- **Livro Pavimentação Asfáltica (formação básica para engenheiros):** em novembro de 2022, a Concessionária lançou a 2ª edição do livro “Pavimentação Asfáltica – Formação básica para Engenheiros”, que é referência em engenharia no país. A revisão e atualização da nova edição do livro só foi possível com Recursos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT), da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção:** desde 2021, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Reconhecido mundialmente, o instituto tem como objetivo unir corporações para promover um mercado mais íntegro, ético e erradicar o



suborno e a corrupção. A adesão ao Pacto é voluntária e as empresas participantes estão sujeitas a uma plataforma de monitoramento, um processo de autoavaliação anual com base no Guia Temático de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção, que a apoiará a aprimorar suas práticas de integridade em diferentes dimensões.

- **Semana Nacional de Trânsito:** com o objetivo de educar, conscientizar e promover a reflexão dos seus usuários e a sociedade em geral sobre o papel de cada cidadão na redução de acidentes, a Companhia reforça sempre no mês de setembro uma campanha educativa voltada à Semana Nacional de Trânsito (entre 18 e 25/09), do Observatório Nacional de Segurança Viária – ONSV, que é divulgada em todos os canais de comunicação.
- **Troco Solidário:** O projeto Troco Solidário, em parceria com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) de Lins, José Bonifácio e Icém, disponibiliza urnas identificadas nas quatro cabines das praças de pedágio da BR-153/SP para arrecadação de doações espontâneas feitas por motoristas. Todo o dinheiro arrecadado é revertido integralmente às instituições para auxiliar crianças e adolescentes com deficiência intelectual, física, múltiplas ou transtorno do espectro autista.

Em parceria com Apae de Icém, a empresa entregou, em 2024, um salão de beleza para os 60 assistidos da instituição. A entrega fez parte da segunda etapa do projeto "Troco Solidário", na praça de pedágio de Onda Verde (km 35+800). O espaço conta com serviços de beleza e diversos itens e equipamentos de um salão convencional. Além de terem à disposição os serviços, os assistidos participam de oficinas em que aprendem a utilizar os equipamentos disponíveis, sempre com o acompanhamento de um profissional.

- **Orquestra Sinfônica Jovem de Lins (OSJL):** se destaca no cenário cultural do interior paulista, realizando apresentações por todo o estado de São Paulo. A orquestra oferece oficinas gratuitas de viola, violino e violoncelo, e por meio de parcerias, disponibiliza uniformes personalizados para seus participantes. A OSJL tem como missão valorizar a cultura local e contribuir para o acesso à educação musical, beneficiando a comunidade com a oportunidade de integrar o grupo sinfônico. Desde 2013, a OSJL mantém projetos culturais de musicalização aprovados pelo Ministério da Cultura (Lei Rouanet/PRONAC), beneficiando mais de 200 alunos com aulas e a experiência de fazer parte de uma orquestra.
- **Programa Pró-Equidade:** desde maio de 2024, a Concessionária é parte integrante do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Governo Federal, por meio do Ministério das Mulheres. Com a adesão ao programa, a empresa reforça seu compromisso com a sustentabilidade social como princípio e prática cotidiana, além de valorizar as diferenças



como um ativo para a companhia. O Pró-Equidade de Gênero e Raça certifica as empresas que demonstram compromisso com a igualdade de gênero no mundo do trabalho e com a promoção da cidadania.

- **Movimento Afaste-se:** em fevereiro de 2024, a Triunfo Transbrasiliana aderiu ao movimento “Afaste-se”, da CCR Rodovias. A iniciativa busca proteger os profissionais que atuam salvando vidas na prestação de atendimento médico, no socorro mecânico, na conservação e na sinalização das rodovias, com o objetivo de evitar acidentes.

O evento oficial de adesão ao movimento aconteceu na Base da Polícia Rodoviária Federal - PRF de São José do Rio Preto, e contou com a participação de autoridades da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, de Concessionárias que aderiram à iniciativa, além de representantes de entidades e instituições de segurança viária.

A fim de incentivar as boas práticas ao volante sugeridas pelo movimento, a empresa lançou uma campanha educativa que reforçou junto aos usuários que ao perceber uma situação envolvendo qualquer tipo de atendimento nas rodovias, principalmente no acostamento, mude de faixa sempre que for possível e seguro ou reduza a velocidade do veículo em até 40 km/h a menos que o limite regulamentado para a rodovia.

As equipes operacionais da Concessionária também participaram de um treinamento sobre o “Afaste-se”, no qual foi reforçada a importância de sinalizar corretamente os locais de ocorrências, a fim de minimizar os riscos de acidentes. Foram utilizados maquetes e brinquedos (como carros, caminhões, bonecos, cones de sinalização, entre outros) para simular, de forma lúdica, possíveis situações de ocorrências na pista.

Compartilhe a Rodovia: O projeto Compartilhe a Rodovia, realizado pela Triunfo Transbrasiliana e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), orienta ciclistas sobre segurança no trânsito, especialmente em rodovias. A ação distribui bolsas, coletes refletivos, óculos de proteção, squeezes e sinalizadores de LED para atividades noturnas, incentivando o uso correto dos equipamentos. Apesar de o Código de Trânsito Brasileiro permitir o ciclismo nas rodovias, as autoridades recomendam evitar esse tipo de trajeto devido aos riscos. Caso seja necessário utilizar o acostamento, é essencial que os ciclistas adotem medidas de segurança, como coletes refletivos e sinalizadores, especialmente à noite, para garantir maior visibilidade e proteção.

- **Repasse de ISSQN:** em Seguindo estas diretrizes, todos os meses a Triunfo Transbrasiliana faz o repasse do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos 22 municípios



lindeiros, que estão localizados no entorno da rodovia. O repasse, que segue a Lei Complementar nº 116 de 2003, é uma das formas de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde a Companhia possui suas operações e que podem ser investidos pela gestão municipal nas áreas da saúde, educação e/ou infraestrutura, por exemplo.

Em 2024, a Companhia repassou mais de R\$ 7,6 milhões de impostos às cidades lindeiras. Para determinar o valor a ser destinado é realizado um cálculo de acordo com a extensão da BR-153/SP no território de cada município, independentemente da existência ou não de praça de pedágio. Das 22 cidades lindeiras, as que mais arrecadaram o imposto em 2024 foram Promissão, Marília e São José do Rio Preto, com pagamentos de R\$ 1.113.638,60, R\$ 1.041.558,43 e R\$ 1.005.518,35, respectivamente.

1.2.3 Agenda Ambiental

Assegurar a conformidade com a legislação vigente, usar recursos naturais de forma racional, gerir riscos relacionados à interação com ecossistemas. Esses são os compromissos de base da Política Triunfo de Meio Ambiente, que também enfatiza a busca por melhoria contínua do desempenho e o compartilhamento de responsabilidade pela conservação com toda a sociedade.

Alinhada e estas diretrizes, a Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles:

- 1) Plano de Ação de Emergência (PAE);
- 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS);
- 3) Programa de Comunicação Social (PCS);
- 4) Programa de Educação Ambiental (PEA);
- 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA);
- 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA);
- 8) Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna (PMAF);



- 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH);
- 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP).

Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lindeiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como:

- **Nascentes de Vida:** O programa, que teve início em 2018 e já atendeu quase 3 mil alunos, contribui para a preservação de nascentes no Horto Municipal de Lins e conscientiza de forma interativa e pedagógica alunos da rede municipal de ensino de Lins sobre a importância de evitar a escassez da água.
Em parceria com a Prefeitura Municipal de Lins, por meio das Secretarias Municipais de Educação, de Meio Ambiente e Agropecuária, em 2024, 210 alunos de cinco escolas da rede pública participaram da roda de conversa sobre o tema, de trilha ecológica para conhecer e entender a importância de uma nascente modelo no ecossistema, oficina para confecção de mini terrários e aprenderam sobre o ciclo da água e seu respectivo impacto no clima.
- **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Companhia capacita os professores da rede pública para ensinarem seus alunos sobre como devem preservar o meio ambiente através do programa “Multiplicadores em Educação Ambiental”. O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor.
- **Nossa Fauna:** o projeto tem como objetivo fomentar a preservação da biodiversidade da região, através de atividades, com informações sobre os biomas e fauna local, estimulando alunos da rede municipal de ensino a identificarem as espécies de animais e suas interações com a natureza, além de estimular o sentimento de preservação do Meio Ambiente.
- **Bituqueiras ecológicas:** a Companhia possui bituqueiras ecológicas instaladas nas Praças de Pedágio e Bases de Atendimento aos Usuários. Além de estimular o descarte correto de guimbas de cigarro, todos os filtros são recolhidos e reciclados, passando por um processo em que se transformam em massa de celulose, que é a base para se fazer o papel. Na sequência, os papéis reciclados são doados para instituições e escolas, que fazem um trabalho de inclusão social e de geração de renda em comunidades. Em 2024, mais de 12 mil bitucas foram coletadas e recicladas.
- **Projeto Transformar:** com o projeto socioambiental “Transformar”, a Companhia reutiliza materiais que se seriam descartados como faixas, banners feitos de lonas e uniformes antigos



usados pelos profissionais da empresa para confecção de ecobags, estojos, necessários e sacolinhas de câmbio (lixeriras). Além de gerar emprego e renda para a comunidade, por meio do projeto é possível dar um destino ecologicamente correto aos resíduos que antes não seriam reaproveitados e preservar o meio ambiente.

- **Reposição florestal:** a Companhia já realizou o plantio de mais de 150 mil mudas de espécies nativas em uma área degradada de aproximadamente 70 hectares, às margens do Rio Tietê, em Jacanga (SP). O rio é um dos principais do estado de São Paulo e corta o trecho sob concessão passando pelo município lindeiros de Promissão. A reposição florestal, iniciada em 2019, gera impactos positivos para a região como a geração de empregos, o aumento da biodiversidade e a redução da poluição.

Por meio do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), a Triunfo Transbrasiliana é responsável pela reposição florestal e manutenção da área com o objetivo de atender os indicadores de desempenho previstos no próprio projeto de recuperação. A Companhia também possui uma equipe exclusiva para o projeto, composta por profissionais que realizam serviços diários de plantio, adubação, irrigação, manutenção e conservação das mudas.

1.2.4 Agenda de Governança

A adoção das melhores práticas de governança corporativa fortalece os mecanismos de gestão de riscos dos negócios, ao mesmo tempo em que assegura a sustentabilidade da estratégia corporativa e reitera seu compromisso com a conduta ética e íntegra de operações e relacionamentos. Seguindo estas diretrizes, a Companhia:

- **ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno**

A Concessionária é empenhada no cumprimento das disposições do seu Código de Conduta, Política Anticorrupção, Política Antissuborno de uma estrutura de Compliance e Governança Corporativa eficientes. Prova disso, é que a Companhia possui desde 2022 a certificação internacional ISO 37001 – Gestão Antissuborno. A empresa considera que os elementos primordiais para a sustentabilidade dos negócios são o seu compromisso com a ética, transparência, conformidade com as leis, regulamentações e padrões, nacionais e internacionais, aplicáveis às atividades.

- **ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001**

Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza. Em 2020, a Concessionária foi certificada



na norma internacional 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional substituindo a OHSAS 18001.

- **Programa Integridade Triunfo**

A Triunfo preza pela integridade e, para fortalecer ainda mais sua postura ética, transparente e idônea, implementou em todas as empresas que detém 100% do capital, um sólido Programa de Integridade. Ele reúne importantes ações, como a reformulação do Código de Conduta, a elaboração da Política Anticorrupção Triunfo, além da criação do Canal Confidencial e do Comitê Triunfo de Integridade, responsável por gerir todas as questões relacionadas ao tema.

1.2.5 Prêmios e Certificações

A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades em que está inserida, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços recebe prêmios e reconhecimentos constantes.

- Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto “Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor”. A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações.
- Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Concessionária.
- Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024).
- Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018).
- Reconhecida com selo da *Great Place To Work* (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar (2018, 2019, 2021, 2022, 2023 e 2024). A GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes



de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida;

- Premiada em 2018 e 2019 pela *Great Place To Work* (GPTW) no Ranking Interior Paulista;
- Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região.
- Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo “Empresa Amiga” durante o evento “Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes”. O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto a importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100.
- Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto “Agentes de Proteção”, desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parcerias.
- Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os cases “Gestão de Contratos: Efetividade e Economia”; “Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito” e “Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho” durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – InteliJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos.
- Reconhecida, em 2019, com o selo “Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada” pela Inteligência Jurídica – InteliJur.
- Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores.



- Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme “Mundo Sem Porteira”. Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores.
- Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância “Agentes de Proteção”. O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados.
- A Companhia foi por cinco anos consecutivos uma das cinco rodovias federais que melhor desempenharam atividades voltadas ao cuidado com o meio ambiente e às práticas de preservação, de acordo com o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Concessionária ficou em 1º lugar em 2020 e 2012, e em segundo lugar entre 2022 e 2024 no IDA. A premiação avalia indicadores de desempenho socioambiental e critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras de 15 Concessionárias.
- Certificada, em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), como Empresa Cidadã. O reconhecimento é conferido às empresas que reportam informações contábeis e socioambientais de qualidade nos relatórios anuais da Companhia.
- Vencedora da 11ª edição do Prêmio Neide Castanha em 2022 na categoria “Responsabilidade Social” com o projeto Agentes de Proteção. O Prêmio é uma homenagem a Neide Castanha, reconhecida defensora dos direitos humanos que dedicou parte de sua vida a lutar contra a violência a que são submetidos crianças e adolescentes no Brasil.
- Desde 2015, por meio da Triunfo Participações e Investimentos – TPI, a Concessionária reporta anualmente o inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE alcançando o mais alto nível de qualificação no reporte dos dados, demonstrando dedicação, ética e integridade na monitoração e na transparência das informações. Com esses reportes, a empresa conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol.
- Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2023, na categoria Serviços, com sessões do filme “Eu tenho uma voz”. A Concessionária realizou 14 sessões e contou com a participação de mais de 800 espectadores;



- Vencedora do Prêmio Via Viva, do Ministério da Infraestrutura, na categoria “Rodoviária, em 2021, 2022 e segunda colocada em 2023 e 2024. O reconhecimento é dado às Concessionárias que possuem boas práticas em sustentabilidade utilizando como critério o resultado do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para o setor de infraestrutura de transportes.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercados

Ao longo desses anos de concessão, a Companhia vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não se limitando a: (i) atrasos nas revisões ordinárias previstas contratualmente; (ii) excesso de carga no pavimento, devido à exclusão de balanças do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas por decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, e incluídas no contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, firmado em 20/12/2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão.

3.2 Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2024	2023	Δ%
Veículos Pagantes	11.043	11.015	0,3%
Manual	4.449	4.795	-7,2%
Automática	6.594	6.220	6,0%

A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (cobrança manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos das operadoras Sem Parar, Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Veloe, nas pistas automáticas (cobrança automática). O tráfego nas pistas manuais apresentou redução de 346 mil veículos (-7,2%). O tráfego nas pistas automáticas apresentou um aumento de 374 mil veículos (6,0%).

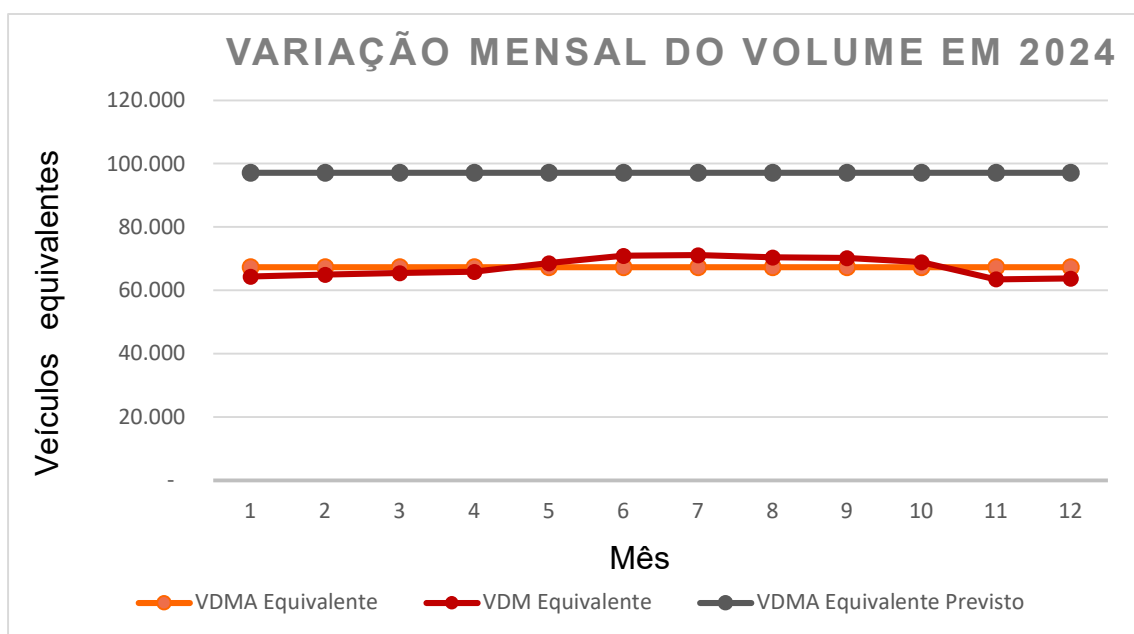
4. INDICADORES OPERACIONAIS



4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



O VDMA equivalente realizado ficou abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, ainda em função dos diversos fatores macroeconômicos que ocorreram ao longo do contrato de concessão e que possuem efeitos acumulados até a presente data.

4.2 Segurança do Trânsito

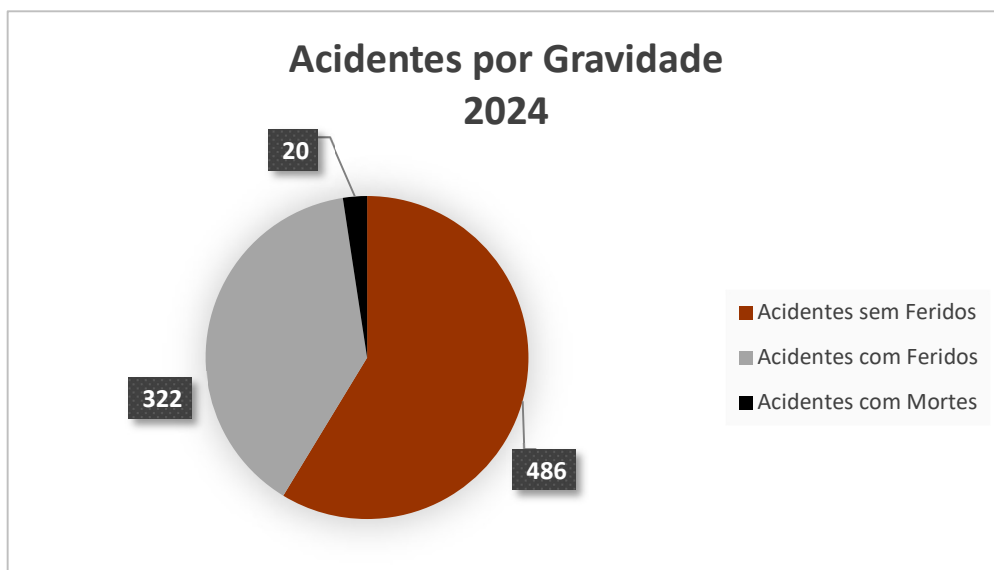
4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo, tanto no exercício corrente quanto no exercício anterior.

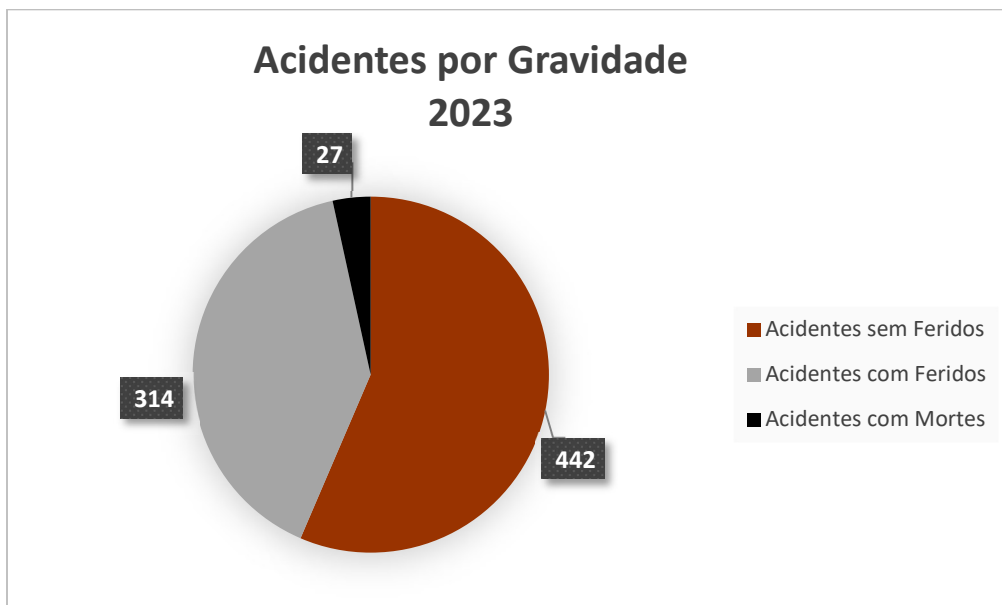
O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.



Percentual e acidentes por gravidade em 2024

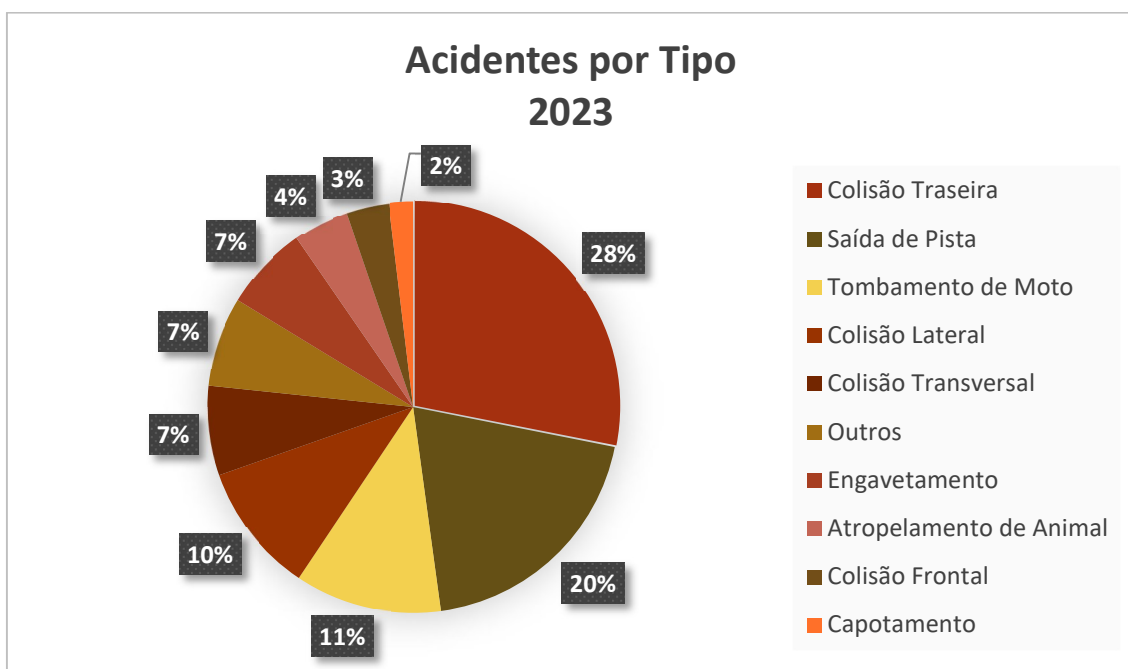
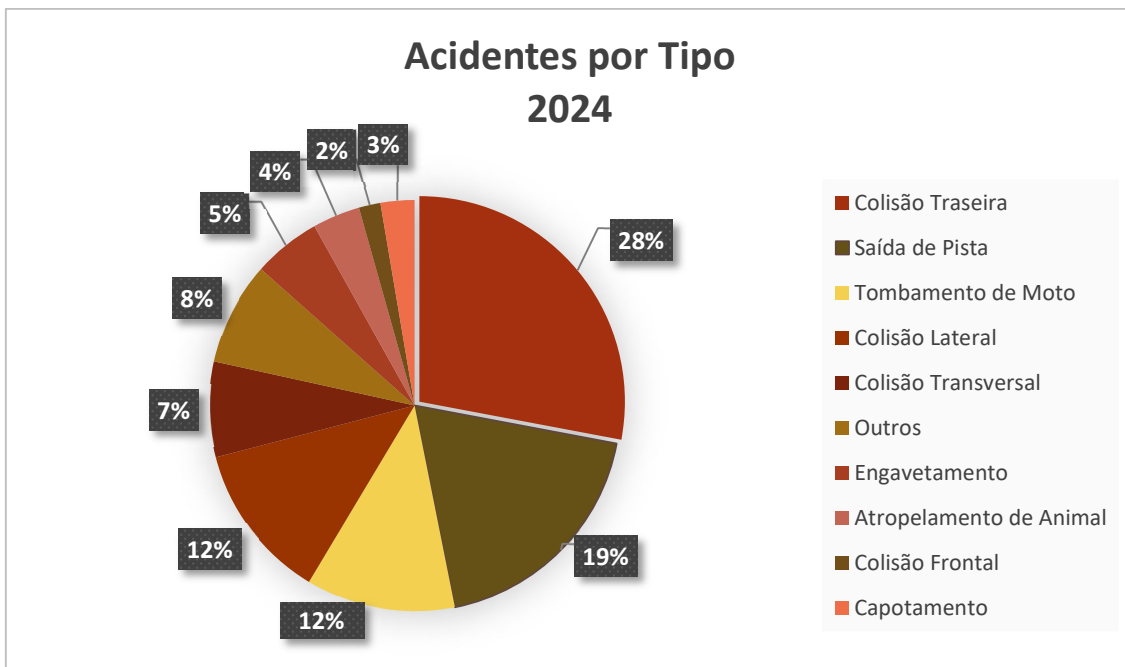


Percentual e acidentes por gravidade em 2023



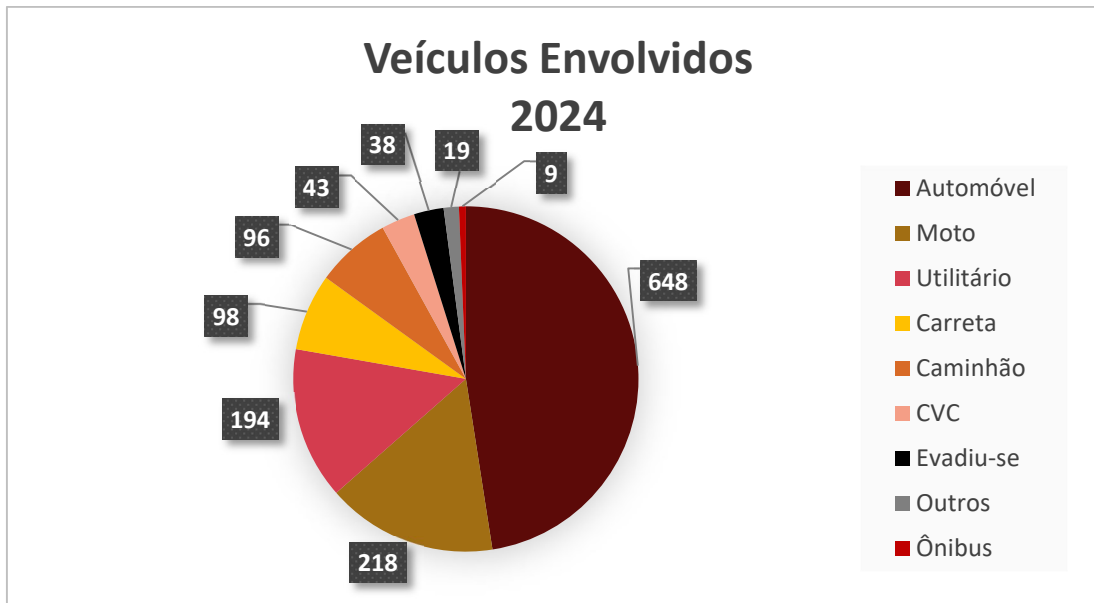


O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

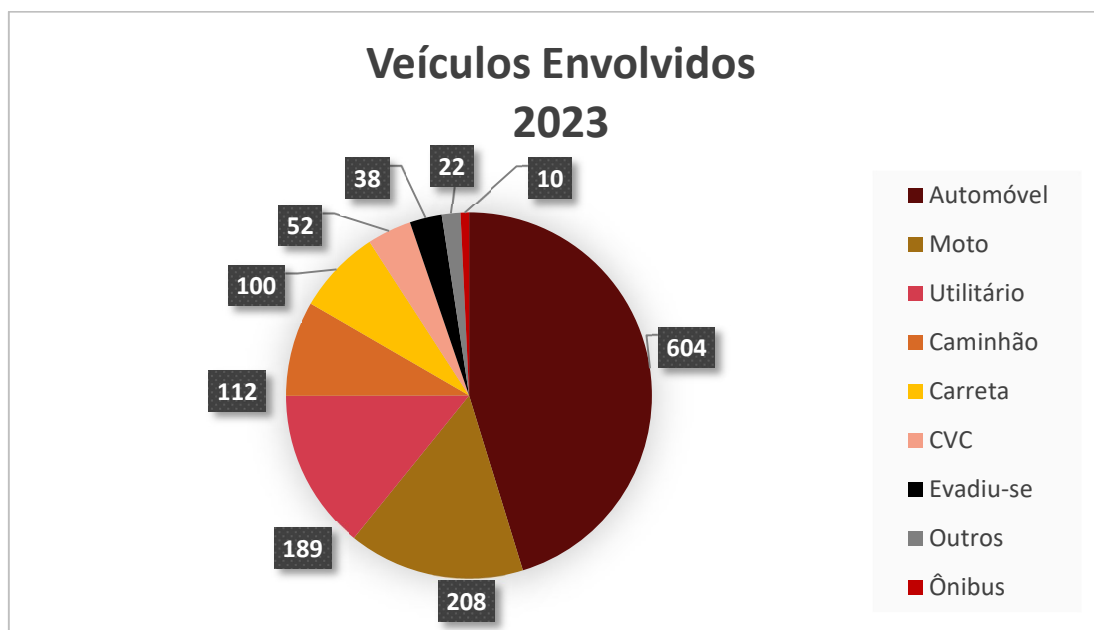




O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia.



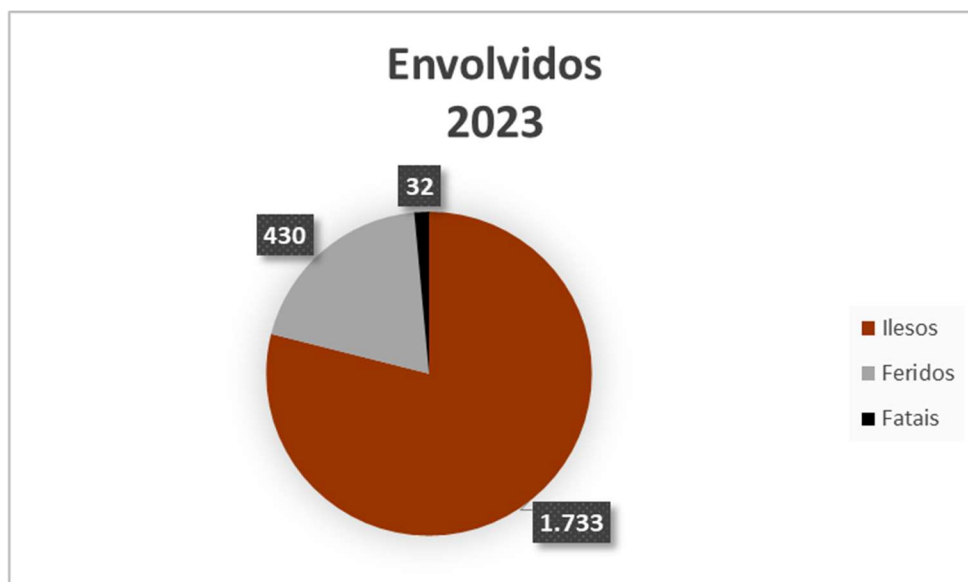
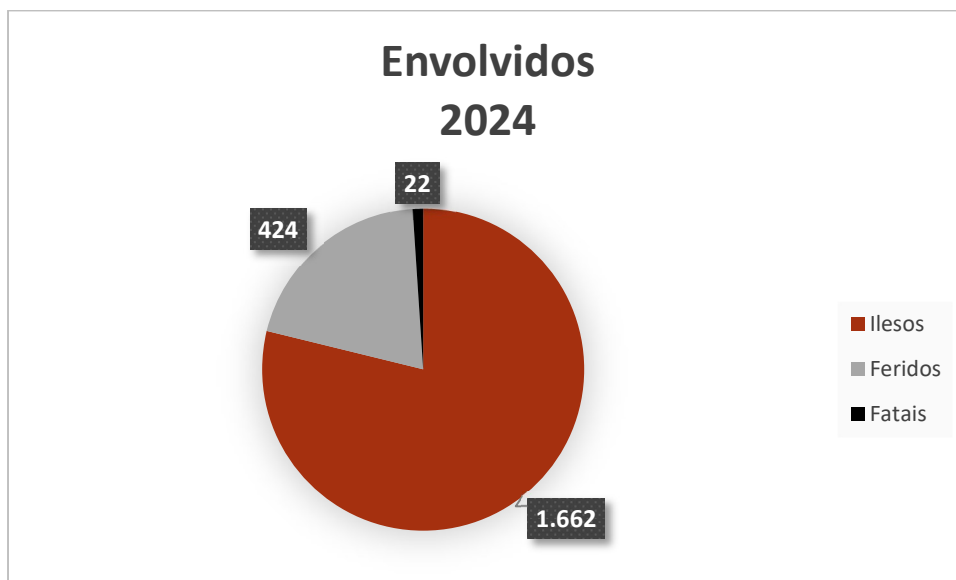
*Combinação Veicular de Carga – CVC



*Combinação Veicular de Carga – CVC



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de pessoas envolvidas nos sinistros no trecho concedido da rodovia. Observa-se que houve redução do número de sinistros (fatais) no ano de 2024, comparado ao ano de 2023.



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados



Na tabela abaixo, são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação de dezembro de 2024. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor obtido pela divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Vigilância Patrimonial	1	0,31
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
Total de veículos operacionais	28	8,71
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Apoio à Operação	1	0,31
Administração Pedágio	1	0,31
Carretinha/ Reboque	5	1,55
Manutenção Predial	1	0,31
Manutenção Eletroeletrônica	4	1,24
Manutenção TI	1	0,31
Conservação de Rotina	5	1,55
Apoio à Conservação Rotina	9	2,80
Veículo Administrativo	6	1,87
Veículo Engenharia	1	0,31
Veículo Obras	2	0,62
Roçada Mecânica	5	1,55
Manutenção Meio Ambiente	3	0,93
Veículo Diretoria	3	0,93
Veículo ANTT	2	0,62
Mini Retroescavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Transporte Roçada	10	3,11
Total de veículos de apoio	63	19,59
Total de veículos	91	28,30

4.3.2 Funcionários Alocados



São apresentadas na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro de 2024. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, foi acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Como o valor obtido pela divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na operação da concessão

Tipo de Função	Quantidade	Qtde/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	0,41
Coordenador de Tráfego	1	0,41
Supervisor de Tráfego	1	0,41
Analista Fx. Domínio	1	0,41
Analista de Operações	2	0,81
Assistente Operacional	2	0,81
Operador de Tráfego	75	30,42
Operador de Guincho Pesado	10	4,06
Auxiliar de Operações	7	2,84
Operador de CCO	9	3,65
Atendente de 0800	4	1,62
Médico	28	11,36
Enfermeiro	7	2,84
Socorrista	101	40,97
Total de pessoal Operacional	249	101,00
Coordenador de Arrecadação	1	0,41
Controlador de Pedágio	16	6,49
Agente de Pedágio	79	32,04
Auxiliar de serviços Gerais	4	1,62
Total de Pessoal de Pedágio	100	40,56
Total	349	141,56

4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas (em R\$ mil)



A seguir, apresentamos a receita da Concessionária em 2024 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

R\$ mil	2024	Acumulado
Receita com Pedágio	231.810	1.953.229
Receita extraordinária	5.457	58.761
Total	237.267	2.011.990

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2024, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos (em R\$ mil)

R\$ mil	2024	Acumulado
Investimentos	53.372	1.030.418

4.4.3 Custos Operacionais (em R\$ mil)

R\$ mil	2024	Acumulado
Custos Operacionais	123.091	1.122.222

¹não considera custo de Construção

Tarifas de Pedágio

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$ mil)

Categoria	Categoria de veículos														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	65	
Eixos	2	2	3	3	4	4	5	6	6	1	7	8	9	10	11
Rodagem	Simples	Dupla	Simples	Dupla	Simples	Dupla	Dupla	Dupla	Simples	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla
Praça 1 - Onda Verde (Km 35,800)	9,60	19,20	14,40	28,80	19,20	38,40	48,00	57,60	4,80	67,20	76,80	86,40	96,00	105,60	
Praça 2 - José Bonifácio (Km 98,900)	9,60	19,20	14,40	28,80	19,20	38,40	48,00	57,60	4,80	67,20	76,80	86,40	96,00	105,60	
Praça 3 - Lins (Km 183,800)	9,60	19,20	14,40	28,80	19,20	38,40	48,00	57,60	4,80	67,20	76,80	86,40	96,00	105,60	
Praça 4 - Marília (Km 268,100)	9,60	19,20	14,40	28,80	19,20	38,40	48,00	57,60	4,80	67,20	76,80	86,40	96,00	105,60	

5. DESEMPENHO OPERACIONAL



5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2024	2023	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	24.653	24.815	-0,7%
Leves	7.293	7.196	1,4%
Pesados	17.360	17.620	-1,5%

Em 2024, foram pedagiados 24,6 milhões de veículos equivalentes, uma queda de -0,7% em relação a 2023. O tráfego sofreu impactos de vários aspectos, dentre eles destacam-se como os mais relevantes, desvio de rota por força de obra na Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira BR-364, próximo a Frutal, Praça 06; Intervenção na ponte da Rodovia Assis Chateaubriand SP-425, sobre o rio Tietê e início das atividades da Concessão EPR Litoral Pioneiro.

6 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor adicionado

Em 2024, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 121,9 milhões, um aumento de 21,12% em relação a 2023, cujo valor adicionado foi de R\$ 100,6 milhões. Esta variação deve-se principalmente à redução do lucro.

6.2 Receita Operacional

R\$ - mil	2024	2023	Δ%
Receita Líquida	255.330	262.077	-2,6%
Receitas de Pedágio	231.810	210.812	10,0%
Receitas Acessórias	5.457	5.472	-0,3%
Receitas de Construção (IFRS)	38.404	64.471	-40,4%
Tributos incidentes	(20.341)	(18.678)	8,9%
Receita Líquida Ajustada¹	216.926	197.606	9,8%

¹ Exclui Receitas de Construção e Provisões

- **Receita de Pedágio** – Impulsionada pelos reajustes da tarifa básica de R\$ 8,00 para R\$ 8,90 em 28/07/2023, e de R\$ 8,90 para R\$ 9,40 em 20/10/2023. Adicionalmente, em 19 de dezembro de 2024, de acordo com a Deliberação N° 549, publicada no Diário Oficial da União – DOU, na edição n° 245, a partir da zero hora do dia 25/12/2024, a tarifa básica passou de R\$ 9,40 para R\$ 9,60.



- **Receitas Acessórias** – As receitas acessórias somaram R\$ 5,4 milhões em 2024, representando uma redução de R\$ 0,3 milhão em relação a 2023, proveniente de contratos retroativos contabilizados na receita de 2023.
- **Receitas de Construção** – Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2024 e 2023 os valores de R\$ 38,4 milhões e R\$ 64,4 milhões, respectivamente, sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.3 Custos e Despesas

R\$ - mil	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas	194.182	218.630	-11,2%
Pessoal	35.499	33.816	5,0%
Amortização intangível e ativos de contrato	54.836	48.335	13,4%
Serviços de terceiros	12.052	9.166	31,5%
Conserv. de revestimento vegetal	1.400	482	190,5%
Conserv. de pavimento flexível	6.803	9.170	-25,8%
Serviço de atendimento hospitalar	9.120	9.096	0,3%
Custo de contrato concessão	8.919	9.072	-1,7%
Provisão para manutenção	- 1.750	678	-358,1%
Custo de construção	38.404	64.471	-40,4%
Material, equipamentos e veículos	11.972	14.990	-20,1%
Remuneração dos diretores	4.211	3.350	25,7%
Serviço de consultoria jurídica	2.530	4.153	-39,1%
Depreciação do imobilizado	686	1.886	-63,6%
Outros	9.500	9.965	-4,7%
Custos e Despesas Ajustadas¹	100.256	103.938	-3,5%

¹ Exclui Amortização, Receita de Construção e Depreciação

- **Custos com Pessoal** – O aumento nos gastos com pessoal foi impactado principalmente pelo reajuste do Acordo Coletivo.
- **Serviços de Consultoria Jurídica** – Em 2024, ao contrário de 2023, não houve a necessidade de contratação de assessoria especializada para acompanhamento de arbitragem e ações estratégicas. Além disso, foram realizadas menores despesas com mandados de segurança em 2024.
- **Conservação de Revestimento Vegetal** – Houve uma intensificação na prestação de serviços de Conserva Verde.
- **Provisão de Manutenção** – A companhia realizou uma nova estimativa da provisão de manutenção, o que resultou em uma reversão no montante de R\$ 2.249 mil.



- **Material, Equipamentos e Veículos** – Em 2024, os gastos com materiais foram menores, sendo o principal impacto a redução na equipe de conservação e os menores gastos com combustíveis e manutenção de veículos, refletindo a troca da frota.
- **Outros** – O principal impacto da redução foi a diminuição no número de evasões, comparado a 2023.

6.4 Resultado Financeiro

R\$ - mil	2024	2023	Dif.	Δ%
Receitas Financeiras	99	22	77	350,0%
Rendimento de aplicações financeiras	99	22	77	350,0%
Despesas Financeiras	(55.565)	(40.912)	(14.653)	35,8%
Juros sobre Financiamentos	(49.979)	(34.977)	(15.002)	42,9%
Outras	(5.586)	(5.935)	349	-5,9%
Resultado Financeiro	(55.466)	(40.890)	(14.576)	35,6%

O resultado financeiro da Companhia em 2024 totalizou R\$ 55,5 milhões em despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 14,6 milhões em relação a 2023. Esta variação ocorreu principalmente devido ao aumento nas taxas de juros e ao ajuste do spread contratual de remuneração das Debêntures.

6.5 Disponibilidade e Endividamento

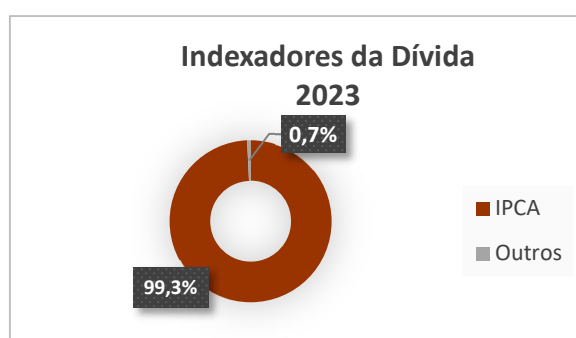
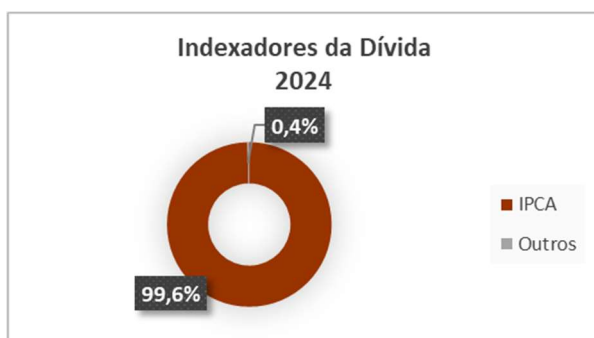
6.5.1 Captações de Recursos

Em 24 de março de 2022, foi aprovada a 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, pela Transbrasiliana, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 275.400.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), com prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão, e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Sobre o principal da dívida incidem juros de IPCA + 9,60% ao ano, revisados em 25/03/2024 para IPCA + 9,98% ao ano.



Endividamento R\$ mil	2024	2023	Δ%
Curto Prazo	20.306	19.506	4,1%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	20.306	19.506	4,1%
Longo Prazo	297.790	294.381	1,2%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	297.790	294.381	1,2%
Dívida Bruta	318.096	313.887	1,3%
Caixas e Equivalentes de Caixa	13.335	18.100	-26,3%
Dívida Líquida	304.761	295.787	3,0%
EBITDA	116.670	94.178	23,9%
Dívida Líquida/ EBITDA	2,61	3,14	-16,8%

A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 13,3M, inferior ao saldo de 2023 que foi de R\$ 18,1M. O saldo da dívida bruta em dezembro/2024 é de R\$ 318,1M, um aumento de R\$ 4,2M em relação ao saldo de dezembro/2023, motivada pela apropriação de juros e pela amortização das debêntures. A dívida está concentrada no longo prazo em que temos 93,6% do total.



6.6 Principais Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	2024	Acumulado
Recuperação e Manutenção da Rodovia	19.082	615.372
Obras e Melhoramentos	31.747	347.014
Manutenção da Infraestrutura Operacional	223	48.914
Outros	2.320	21.666
Total	53.372	1.032.966

Desde o início da concessão, em 2008, a Concessionária tem trabalhado para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia, por meio de serviços de recuperação, manutenção, conservação, execução de obras e uma ampla estrutura de atendimento ao usuário.



Foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 1.032,9 milhões nos primeiros dezessete anos da Companhia, com serviços como fresagem e recomposição, reparos profundos, microrrevestimento asfáltico a frio, sinalização vertical e horizontal, além de duplicações de trechos importantes nos municípios de Ourinhos, Marília e São José do Rio Preto.

6.7 Concessionária em números

Tabela - Rodovias																		
Dados anuais																		
Quilômetros da rodovia	Km 321,6.																	
Número de veículos que transitaram	CATEGORIA VEÍCULOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	65	ESPECIAL	TOTAL	
		7.295.407	809.756	75.301	624.405	11.107	407.078	286.563	990.517	250.269	348.045	4.770	265.014	49	25	25.401	11.393.707	
Número de praças de pedágios	São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.																	
Tarifa	Motocicletas, Motonetas e Bicicletas Motorizadas R\$ 4,80; Automóvel, Caminhonete e Furgão R\$ 9,60; Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão R\$ 19,20; Automóvel e caminhonete com semirreboque R\$ 14,40; Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus R\$ 28,80; Automóvel e caminhonete com Reboque R\$ 18,80; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 4 eixos duplos R\$ 37,60; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 5 eixos duplos R\$ 47,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 6 eixos duplos R\$ 56,40; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 7 eixos duplos R\$ 65,80; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 8 eixos duplos R\$ 75,20; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 9 eixos duplos R\$ 84,60; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 10 eixos duplos R\$ 94,00 e Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 11 eixos duplos R\$ 103,40.																	
Número de quilômetros mantidos	Km 321,6.																	
Transito Médio Diário Equivalente	2.214																	
Trânsito Médio Anual Equivalente	67.348																	
Equipes utilizadas pela concessionária	7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 8 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mensagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI - Móvel, 8 Ambulância simples, 5 Viaturas de Inspeção 1 Viatura de vigilância patrimonial, 1 Veículo apreensão de animais, 1 Caminhão pipa e 01 Caminhão plataforma elevatória.																	
Índice de qualidade de estrada	Não se aplica.																	
Receita de Pedágio	231.810																	
Custos associados às receitas de pedágio	143.432																	
Fator Trabalho																		
	Administrativo	Operação	Conservação															
Número de Trabalhadores	107	498	134															
Despesas de Pessoal	17.867	15.675	24.941															
Fator Capital																		
Despesas de Depreciação Amortização	375.806	O método de Depreciação é a Taxa fiscal. Para a amortização, é a curva de trafego respeitando o prazo de concessão da rodovia.																
Ativo Líquido	654.612																	
Ativo Bruto	1.030.418																	
Série Histórica dos Investimentos	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
		124.470	23.325	16.321	53.499	62.180	109.431	90.884	97.102	47.693	34.143	51.298	26.144	17.886	44.679	85.671	92.320	53.372
Fatores Intermediários																		
Despesas em Administração	12.052																	
Despesas em Manutenção	11.972																	
Outras Despesas	9.500																	
Seguridade																		
Quantidade de acidentes	Acidentes por Gravidade		Quant.															
	Acidentes com Mortes		20															
	Acidentes com Feridos		322															
	Acidentes sem Feridos		486															
	Total		828															
Indicadores																		
Receita por veículo	20,35																	
Custo por veículo	12,59																	



6.8 Balanço Social

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A

Balanço Social

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em mil)

1 - Base de cálculo	2024 - Valor	2023 - Valor
Faturamento bruto	275.671	280.755
Receita líquida (RL)	255.330	262.077
Resultado operacional (RO)	61.148	43.678
Folha de pagamento bruta (FPB)	59.047	59.398
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	39.710	37.166
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	19.337	22.232

	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.057	5,2%	1,2%	2.948	5,0%	1,1%
Encargos Sociais	5.148	8,7%	2,0%	4.946	8,3%	1,9%
Saúde	5.282	8,9%	2,1%	4.537	7,6%	1,7%
Segurança e Saúde no trabalho	486	0,8%	0,2%	447	0,8%	0,2%
Educação	4	0,0%	0,0%	39	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1	0,0%	0,0%	4	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	2.496	4,2%	1,0%	2.391	4,0%	0,9%
Outros	835	1,4%	0,3%	696	1,2%	0,3%
Total - Indicadores sociais internos	17.308	29,3%	6,8%	16.007	26,9%	6,1%

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros brindes	101	0,2%	0,0%	92	0,2%	0,0%
Educação	33	0,1%	0,0%	10	0,0%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	134	0,2%	0,1%	102	0,2%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais externos	134	0,2%	0,1%	102	0,2%	0,0%

4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	222	0,4%	0,1%	278	0,5%	0,1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	239	0,4%	0,1%	67	0,1%	0,0%
Total de investimentos em meio ambiente	461	1%	0,2%	345	1%	0,1%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas			() Não possui metas		
	() Cumpre de 0 a 50%			() Cumpre de 0 a 50%		
	() Cumpre de 50 a 70%			() Cumpre de 50 a 70%		
	(X) Cumpre de 75 a 100%			(X) Cumpre de 75 a 100%		

5 - Indicadores do corpo funcional	2024	2023
N° de colaboradores no final do período	389	388
Tempo de serviço	27% até seis meses	9% até seis meses
	14% de seis meses a um ano	8% de seis meses a um ano
	13% entre um e dois anos	14% entre um e dois anos
	26% entre dois e cinco anos	23% entre dois e cinco anos
	19% mais de cinco anos	46% mais de cinco anos
N° de admissões durante o período	107	117
N° de demissões durante o período	109	115
N° de estagiários (as)	0	0
N° de colaboradores terceirizados	350	391
N° de colaboradores com até 18 anos	10	0
N° de colaboradores entre 18 e 25 anos	31	28
N° de colaboradores entre 25 e 45 anos	256	258
N° de colaboradores acima de 45 anos	97	102
N° de mulheres que trabalham na concessionária	162	165
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	25%	28%
Remuneração paga a mulheres no período	5.406	6.770
N° de negros (as) que trabalham na concessionária	182	174
N° de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	14	13
Total de horas extras trabalhadas	14.628	12.849
Total de horas extras pagas	14.628	12.849
Total de INSS pagos	4.074	3.902
Total de FGTS pagos	1.073	1.044
Total de contribuição sindical paga	129	88
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhido no período	0	0
Total de IR recolhido no período	-	-
Total de CSLL recolhida no período	-	-
Total de PIS recolhida no período	1.547	1.404
Total de COFINS recolhida no período	7.142	6.479
Total de outros tributos recolhidos no período (ISSQN)	11.652	10.796



6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024	2023
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	15,24	15,24
Número total de acidentes de trabalho	30	32
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça
7 - Valor adicionado total a distribuir:	121.909	100.652
Distribuição do Valor Adicionado	22% governo 0% acionistas 29% colaboradores 46% terceiros 3% retido	24% governo 0% acionistas 33% colaboradores 41% terceiros 2% retido

6.9 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria da Triunfo Transbrasiliana declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2024.



6.10 Demais Assuntos

Desequilíbrio Contratual

São apresentados na relação abaixo os principais temas da Companhia junto à ANTT, que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A citada relação não deve ser interpretada de forma exaustiva, uma vez que os temas formulados pela Concessionária não se limitam aos indicados neste relatório.

- (i) Necessidade do adequado reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, decorrente da inclusão das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, no que se refere aos itens acessórios relacionados;
- (ii) Necessidade do adequado reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, referente aos gastos com a elaboração dos Projetos Executivos de Duplicação (PIL 2015) dos: (i) Lote 02, do km 99,8 ao km 162,0; (ii) Lote 04, do km 195,0 ao km 229,0; (iii) Lote 05, do km 268,4 ao km 280,0; (iv) Lote 06, do km 280,0 ao km 335,5; e (v) Contorno de Marília;
- (iii) Necessidade de atualização do reequilíbrio econômico-financeiro realizado no Contrato de Concessão, em decorrência dos impactos causados pela pandemia de Coronavírus (Covid-19), frente ao pacote estatístico desatualizado utilizado pela ANTT;
- (iv) Necessidade de adequação do reequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, referente ao valor de compensação do Termo de Ajustamento e Conduta (TAC), a fim de que as compensações de valores sobre os 12º e 16º anos da concessão sejam remanejadas para o fluxo de caixa adequado;
- (v) Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, referente à ausência de fiscalização do excesso de peso de veículos comerciais sobre a Rodovia BR-153/SP;
- (vi) Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro referente à ocorrência de maior desgaste no pavimento, em virtude dos impactos da Lei Federal nº 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros), que trouxe expressivo desequilíbrio ao Contrato de Concessão;
- (vii) Implantação de OCR (Optical Character Recognition);



- (viii) Necessidade de exclusão do Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em pista dupla – Completo – Km 55 do Contrato de Concessão, visto que a obra foi executada pelo DNIT;
- (ix) Necessidade de exclusão do Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em pista dupla – Completo – Km 76,3, visto que a obra foi executada pelo DNIT;
- (x) Necessidade de exclusão do Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em pista dupla – Km 86,1, visto que houve obra executada no Km 84,8 (referente a outro item PER), ou seja, em locais próximos;
- (xi) Necessidade de exclusão do Item 5.1.12.A – Implantação de Passagens em Desnível Inferior Tipo Viaduto (Km 58,80), visto que a obra foi executada pelo DNIT;
- (xii) Necessidade de duplicação dos Lotes 02 (km 99+800 ao km 162+000), 04 (km 195+200 ao km 227+961), 05 (km 268+000 ao km 280+340) e 06 (km 280+340 ao km 335+720) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão;
- (xiii) Necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, referente aos impactos decorrentes do aumento dos insumos.

6.11 Agradecimentos

A Diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores, demais instituições governamentais e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.
Lins – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme Nota Explicativa nº 8, o direito de exploração da concessão apresenta valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações contábeis da Companhia. O ativo intangível e ativo de contrato (no montante de R\$ 649.454 mil) é formado, substancialmente, pelo direito da outorga da concessão de rodovia e pelos gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura, utilizada para prestação dos serviços, que englobam a operação e a manutenção da infraestrutura durante o prazo determinado de concessão. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards requerem que a Companhia realize anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível com vida útil definida quando da existência de indicativos de perdas de recuperabilidade econômica.

O teste de recuperabilidade dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas subjetivas e significativas definidas pela administração, tais como tarifas, custos de manutenção, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, dentre outras.

Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização do ativo intangível e a eventual necessidade de registro de ajuste por redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis, tendo sido considerada uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração relacionados com a análise do valor recuperável;
- Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos elaborados pela Diretoria Executiva e premissas adotadas e dados de mercado (como receita de vendas e custos de manutenção), além das taxas de desconto e demais dados considerados;
- Discussão com a administração sobre o plano de negócios;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas;
- Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre determinadas premissas sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas com efeito significativo na determinação do valor recuperável dos ativos objeto do teste de recuperabilidade; e
- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável do ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 19 de março de 2024, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023
(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.335	18.100
Contas a receber	4	12.341	13.784
Impostos a recuperar	-	2.669	1.136
Despesas antecipadas	5	5.571	2.834
Outros créditos	-	1.461	1.615
Total do ativo circulante		35.377	37.469
Ativo não circulante			
Contas a receber	4	805	804
Depósitos judiciais	15.a	34.451	11.472
Despesas antecipadas	5	6.872	-
Ativos de direito de uso	-	713	1.056
Imobilizado	7	5.158	6.918
Intangível	8	444.271	450.665
Ativo de contrato	8	205.183	215.365
Total do ativo não circulante		697.453	686.280
Total do ativo		732.830	723.749

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	818	1.021
Debentures	10	19.489	18.485
Fornecedores	11	28.588	28.386
Impostos, taxas e contribuições	12	10.273	4.697
Obrigações sociais	-	6.670	5.641
Provisão para manutenção	13	748	8.836
Partes relacionadas	6	7.945	688
Dividendos a pagar	-	4.888	4.031
Obrigações com infraestrutura a realizar	27.c	-	13.079
Passivos de arrendamento	-	533	583
Outras contas a pagar	16	12.562	5.372
Total do passivo circulante		92.514	90.819
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	329	1.147
Debêntures	10	297.461	293.234
Fornecedores	11	13.417	9.211
Impostos, taxas e contribuições	12	9.346	4.579
Provisão para manutenção	13	5.435	2.714
Tributos diferidos	14.b	6.124	4.049
Partes relacionadas	5	-	11.054
Provisão para demandas judiciais	15.b	6.035	6.489
Passivos de arrendamento	-	396	620
Outras contas a pagar	16	6.172	6.983
Total do passivo não circulante		344.715	340.080
Total do passivo		437.229	430.899
Patrimônio líquido			
Capital social	-	283.956	220.535
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	63.421
Reservas legal	-	763	583
Reserva de lucros	-	10.882	8.311
Total do patrimônio líquido		295.601	292.850
Total do passivo e patrimônio líquido		732.830	723.749

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	18	255.330	262.077
Custos dos serviços prestados	19	(161.495)	(186.190)
Lucro bruto		93.835	75.887
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(32.687)	(32.440)
		61.148	43.447
Resultado financeiro, líquido	20	(55.466)	(40.890)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.682	2.557
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	(2.074)	(993)
		(2.074)	(993)
Lucro do exercício		3.608	1.564
Lucro básico e diluído por ação em reais - R\$	17.c	0,00843	0,00365

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	3.608	1.564
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>3.608</u>	<u>1.564</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	220.535	63.421	505	7.197	291.658
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.564	1.564
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	-	78	(78)	-
Constituição de dividendos a pagar	-	-	-	(372)	(372)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	220.535	63.421	583	8.311	292.850
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.608	3.608
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	-	180	(180)	-
Constituição de dividendos a pagar	-	-	-	(857)	(857)
Aumento de capital	63.421	(63.421)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	283.956	-	763	10.882	295.601

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.682	2.557
Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais		
Amortização e depreciação	55.522	50.148
Amortização do direito de uso e juros sobre arrendamentos	343	305
Provisão para manutenção	(5.367)	1.252
Baixa de obrigações com infraestrutura a realizar	(3.637)	-
Provisão para demandas judiciais	1.523	3.933
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	50.860	44.675
Rendimento de aplicação financeira	(99)	(22)
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível e ativo do contrato	6.744	12.415
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	1.442	(3.063)
Despesas antecipadas	(9.609)	(1.608)
Impostos a recuperar	(1.533)	(55)
Outros créditos	154	526
Depósitos judiciais	(22.979)	(6.193)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	4.408	9.515
Impostos, taxas e contribuições	10.344	(703)
Obrigações sociais	1.029	1.187
Partes relacionadas	(3.797)	(5.128)
Outros passivos	4.504	(1.503)
Amortização de juros e encargos de empréstimos e financiamentos		(441)
Caixa gerado nas atividades operacionais	95.534	107.797
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Movimentação líquida de aplicações financeiras	(14)	(95)
Aquisição de imobilizado	(2.203)	(5.452)
Adição ao intangível e ativo de contrato (intangível em construção)	(51.169)	(89.971)
Caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(53.386)	(95.518)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.487
Pagamento de Arrendamento	(376)	-
Amortização de debentures e empréstimos	(46.537)	(19.429)
Caixa (aplicado nas) atividades de financiamento	(46.913)	(17.942)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.765)	(5.663)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	18.100	23.763
Saldo final de caixa e equivalentes	13.335	18.100
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.765)	(5.663)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	275.671	280.755
Arrecadação de pedágios	231.810	210.812
Receitas de construção - ativos da concessão	38.404	64.471
Outras receitas	5.457	5.472
Insumos adquiridos de terceiros	(98.341)	(129.976)
Custos serviços prestados	(38.283)	(38.294)
Custo de construção - ativos da concessão	(38.404)	(64.471)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.654)	(27.211)
Valor adicionado bruto	177.330	150.779
Retenções	(55.522)	(50.148)
Depreciação e amortização	(55.522)	(50.148)
Valor adicionado líquido	121.809	100.631
Valor recebido em transferência	101	22
Receitas financeiras	101	22
Valor adicionado total a distribuir	121.909	100.653
Distribuição do valor adicionado	(121.909)	(100.653)
A - Pessoal e encargos	35.634	33.265
Remuneração direta	22.585	21.721
Benefícios	9.196	8.228
FGTS	1.073	1.044
Outros	2.780	2.272
B - Impostos, taxas e contribuições	26.792	23.899
Federais	14.838	12.777
Estaduais	303	326
Municipais	11.652	10.796
C - Remuneração de capitais de terceiros	55.875	41.925
Juros	209	777
Aluguéis	1.357	1.189
Outras	54.309	39.959
D - Remunerações de capital próprio	3.608	1.564
Lucro líquido	3.608	1.564

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Município de Lins – Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. (TPI). (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da acionista BRVias Holding TBR S.A.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão.

Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

Ao longo desses anos de Concessão, a Companhia vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não limitado, o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato em razão de: (i) atrasos nas Revisões Ordinárias previstas contratualmente, (ii) excesso de carga no pavimento devido a exclusão de balanças do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e, (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas através de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e incluídas no Contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, firmado em 20/12/2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão.

Por fim, importante destacar que em 25 de agosto de 2023, o Ministério dos Transportes emitiu a Portaria 848/2023, com o objetivo de readaptar e otimizar os contratos de exploração de infraestrutura rodoviária federal, no qual as concessionárias interessadas deveriam apresentar estudos para demonstrar a vantajosidade de celebração de termo aditivo e prorrogação dos contratos originais por até quinze anos. Em 12 de dezembro de 2023, a Transbrasiliana protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Em 19 de dezembro de 2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A e CONJUR para suas respectivas avaliações. Em 11 de setembro de 2024 foi publicada a Portaria nº 863 de 10 de setembro de 2024, que apresentou a manifestação favorável, com ressalvas, do Ministério dos Transportes, à admissibilidade do requerimento de readaptação e otimização do contrato de concessão da BR- 153/SP. Conforme rito estabelecido na Portaria 848/2024, o processo ainda passará por análise e deliberações ANTT e TCU.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 57.137 (R\$ 53.350 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia tem sua estrutura de endividamento permanentemente revisada e mantém as renegociações com seus credores sempre que necessário.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira e as gerações positivas de caixa nos últimos exercícios da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

2. Base para preparação e apresentação das informações

2.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis anuais seguem a seguinte norma:

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de administração em 26 de março de 2025.

2.2 Base de elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos ou, quando aplicável, ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo na mensuração subsequente.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$) exceto quando indicado de outra forma, o real é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7 – Imobilizado;
- Nota Explicativa nº 8 – Intangível;
- Nota Explicativa nº 13 – Provisão para manutenção;
- Nota Explicativa nº 14.b – Ativos e passivos fiscais diferidos; e
- Nota Explicativa nº 15.b – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos.

Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

Nota Explicativa nº 21 – Instrumentos financeiros.

2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa nº 21).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

2.5.1. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

2.5.2. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	04 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

2.5.3. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

ii) Direito de exploração de infraestrutura concedida:

Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1 / IFRIC 12) A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	05 anos
-----------	---------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

2.5.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.5.5. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.5.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

2.5.7. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

2.5.8. Receita operacional

i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

2.5.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.5.10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.5.11. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

2.5.12. Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

2.5.13. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

2.5.14. Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

2.6 Normas, alterações e interpretações

Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, foram:

- Alteração ao IFRS 16 – Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*;
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como “Circulante” ou “Não Circulante”;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Divulgações sobre operações de risco sacado.

Em relação as alterações supracitadas, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar sua divulgação em se tratando de adoção e interpretação das normas; com exceção às alterações ao IAS 7 e IFRS 7, fruto da adição dos itens 44F e 44H ao Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa, que fornece maior detalhamento acerca das operações de risco sacado.

Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, e a expectativa de seus respectivos impactos:

IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: propõe que as empresas divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes a sustentabilidade, que sejam úteis para o usuário de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimentos de recursos a entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;

IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, e se aplica aos aspectos em que a entidade está exposta podendo ser riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;

Alteração na IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: estabelece requisitos a mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações contábeis. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada;

Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 – Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros: constitui devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros; além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada.

Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada:

1. IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro: As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;
2. IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;
3. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros;
4. IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas: As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;
5. IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações contábeis: Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e confronto com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027;

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras Normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações contábeis das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e está avaliando os possíveis impactos nas demonstrações contábeis subsequentes.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa geral	540	460
Saldos bancários	12.639	17.470
Aplicações financeiras (i)	156	170
Total	13.335	18.100

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(i) Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil com liquidez diária, sendo remunerada a taxa de 100% Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).



4. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Arrecadação de pedágio	12.259	13.554
Receitas acessórias	887	1.034
Total	13.146	14.588
Circulante	12.341	13.784
Não circulante	805	804

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentava montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

5. Despesas antecipadas

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	1.587	1.471
Carta Fiança a apropriar (i)	10.856	1.363
Total	12.443	2.834
Circulante	5.571	2.834
Não circulante	6.872	-

- (i) O aumento dos valores referentes as cartas fianças no ano de 2024 se deu em razão da necessidade de garantir as execuções fiscais ajuizadas pela ANTT.

6. Partes relacionadas

A Companhia realiza para a aquisição de todos os materiais e serviços os processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com os termos acordados entre as partes.

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

Notas	Saldo passivo em		Compras em		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Controladora					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.-	(i)	7.919	9.720	9.367	3.103

Controle acionário comum ao da Controladora da Companhia

		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Construtora Triunfo S.A.	(ii)	-	1.881	-	5.808
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(iii)	26	26	-	-
TCE Engenharia Ltda.	(iv)	-	115	7.404	1.684
Total		7.945	11.742	16.771	10.595
Circulante		7.945	688	-	-
Não circulante		-	11.054	-	-

- (i) O valor devido é composto por despesas da Companhia pagas pela controladora, bem como de créditos cedidos para liquidação de débitos tributários, conforme nota (i) item (b) da Nota Explicativa nº 12 – Imposto de renda e contribuição social, e que serão reembolsados pela Companhia;
- (ii) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção;
- (iii) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda., pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no Programa de Exploração da Rodovia (PER);
- (iv) Valores referente a fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, necessários para o serviço de fresagem e recomposição com CBUQ, entre os km 100 ao km 125 e no km 260 ao 347.

7. Imobilizado

Movimentação em 31 de dezembro de 2024

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.645	3.419	613	11.301	1.995	19.973
Adições	376	265	32	4	1.526	2.203
Baixas	(108)	(202)	(70)	(1.391)	(1.429)	(3.200)
Transferências	(8)	(6)	(6)	-	(2.092)	(2.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.905	3.476	569	9.914	-	16.864
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.098)	(1.716)	(391)	(8.497)	(353)	(13.055)
Depreciação	(108)	(258)	(35)	(127)	(158)	(686)
Baixas	104	147	32	1.223	2	1.508
Transferências	1	11	6	-	509	527
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.101)	(1.816)	(388)	(7.401)	-	(11.706)
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	547	1.703	222	2.804	1.642	6.918
Saldo em 31 de dezembro de 2024	804	1.660	181	2.513	-	5.158
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	-

Movimentação em 31 de dezembro de 2023

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.339	2.705	481	9.023	838	15.386
Adições	309	1.145	132	2.648	1.218	5.452
Baixas	-	(87)	(3)	(185)	(61)	(336)
Transferências	(3)	(344)	3	(185)	-	(529)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.645	3.419	613	11.301	1.995	19.973
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.793)	(1.438)	(350)	(7.827)	(259)	(11.667)
Depreciação	(302)	(285)	(44)	(1.070)	(94)	(1.795)
Baixas	-	4	-	215	-	219
Transferências	(3)	3	3	185	-	188
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.098)	(1.716)	(391)	(8.497)	(353)	(13.055)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2022	546	1.267	130	1.196	579	3.718
Saldo em 31/12/2023	547	1.703	222	2.804	1.642	6.918
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	-

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

b. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.



8. Intangível e ativo de contrato (intangível em construção)

Movimentação em 31 de dezembro de 2024

	Movimentação do Intangível			Movimentação do Ativo de contrato			Total do intangível em construção
	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/ melhoramentos (iv)	Total do intangível	Intangível em andamento (iv)	Infraestrutura a realizar	Adiantamento obras (v)	
Custo							
Saldo em 31/12/2023	594.554	144.208	738.762	196.258	9.442	30.320	236.020
Adições (i.a)	19.082	668	19.750	9.330	-	22.089	31.419
Baixas	(837)	(12)	(849)	(4.218)	-	-	(4.218)
Reversão de Infraestrutura a realizar (ii)	-	-	-	-	(9.442)	-	(9.442)
Transferências	2.573	14.361	16.934	(2.450)	-	(12.372)	(14.822)
Saldo em 31/12/2024	615.372	159.225	774.597	198.920	-	40.037	238.957
Amortização							
Saldo em 31/12/2023	(227.634)	(60.463)	(288.097)	(20.655)	-	-	(20.655)
Amortização	(21.752)	(19.965)	(41.717)	(13.119)	-	-	(13.119)
Baixas	13	2	15	-	-	-	-
Transferências	22	(549)	(527)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	(249.351)	(80.975)	(330.326)	(33.774)	-	-	(33.774)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2023	366.920	83.745	450.665	175.603	9.442	30.320	215.365
Saldo em 31/12/2024	366.021	78.250	444.271	165.146	-	40.037	205.183
Taxa de amortização %	9,65	9,65	-	-	-	-	-

(i.a) As adições do período findo em 31 de dezembro de 2024, contemplam os juros capitalizados de R\$ 2.074.

(ii) A transferência de R\$ 9.442, refere-se à encontro de contas com correlato Passivo na rubrica de "Obrigações com infraestrutura a realizar", Nota Explicativa nº 24.c;

Movimentação em 31 de dezembro de 2023

	Movimentação do intangível			Movimentação do intangível em construção			Total do intangível em construção
	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/ melhoramentos (iv)	Total do intangível	Intangível em andamento (iv)	Infraestrutura a realizar	Adiantamento obras (v)	
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	558.997	138.103	697.100	162.799	9.442	27.446	199.687
Adições (i.b)	7.380	1.953	9.333	65.768	-	14.870	80.638
Baixas	(5)	(129)	(134)	(191)	-	(11.996)	(12.187)
Transferências	28.182	4.281	32.463	(32.118)	-	-	(32.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	594.554	144.208	738.762	196.258	9.442	30.320	236.020
Amortização							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(205.605)	(43.860)	(249.465)	(10.953)	-	-	(10.953)
Amortização	(22.366)	(16.285)	(38.651)	(9.702)	-	-	(9.702)
Baixas	18	5	23	-	-	-	-
Transferências	319	(323)	(4)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(227.634)	(60.463)	(288.097)	(20.655)	-	-	(20.655)
Valor residual líquido							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	353.392	94.243	447.635	151.846	9.442	27.446	188.734
Saldo em 31 de dezembro de 2023	366.920	83.745	450.665	175.603	9.442	30.320	215.365
Taxa de amortização %	8,17	8,17	-	-	-	-	-

(i.b) As adições do período findo em 31 de dezembro de 2023, contemplam os juros capitalizados de R\$ 10.114.

(iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura.

Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados;

(iv) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais;

(v) Valores referente a adiantamento para Construtora Triunfo S.A. e a TCE Engenharia Ltda. para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e km 74+900 ao km 99+800 e interseções existentes em nível no Km 99+900 metros e no Km 107+700 metros.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2024 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no período.

Ativo de contrato (intangível em construção)

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Demonstrações Contábeis. O valor do intangível em construção em 31 de dezembro de 2024, era de R\$ 165.161 de intangível em andamento (R\$ 175.603 de intangível em andamento e R\$ 9.442 de infraestrutura a realizar em 31 de dezembro de 2023).



9. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
CCB	15,02%	Pré-fixado	2026	1.147	2.168
Circulante				818	1.021
Não circulante				329	1.147

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 possuem taxa média ponderada de 15,02% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes apresentados no não passivo circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Entre 12 e 23 meses	329	818
Mais de 24 meses	-	329
Total	329	1.147

10. Debêntures

Emissora	Série emitidas	Valor	Taxa de juros de emissão	31/12/2024	31/12/2023
TBR	8ª	275.400	IPCA + 9,98% a.a.	316.950	311.719
Circulante				19.489	18.485
Não circulante				297.461	293.234
Resumo da movimentação				31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial				311.719	279.935
Pagamentos (principal, juros e remuneração)				(45.255)	(15.111)
Amortização despesas antecipadas				2.581	2.581
Juros capitalizados				(2.074)	10.114
Juros				49.979	34.200
Total				316.950	311.719

A Companhia realizou, em 24 de março de 2022, a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Os recursos das Debêntures foram liberados em abril de 2022 através de duas tranches.

Em 27 de março de 2023, foi incorporado o valor de juros R\$ 26.752 como principal de acordo com o contrato vigente. A Companhia necessita manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses, que antecedem a data base da última demonstração financeira auditada e/ou informação financeira revisada, superior ou igual a 1,2x. Em 31 de dezembro de 2024 os índices foram estão dentro dos padrões exigidos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
De 13 a 24 meses	48.544	26.391
De 25 a 36 meses	65.822	50.429
De 37 a 48 meses	75.293	66.843
De 49 a 60 meses	82.557	75.394
Acima de 61 meses	25.245	74.177
Total	297.461	293.234

11. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores diversos	31.346	28.386
Retenções (i)	10.659	9.211
Total	42.005	37.597
Circulante	28.588	28.386
Não circulante	13.417	9.211

(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

12. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recolher	3.908	1.256
PIS/Cofins – Faturamento	1.361	684
PIS/Cofins/CSLL – Terceiros	528	339
IRRF/INSS – Terceiros	292	172
Parcelamentos federais e previdenciários (i)	13.530	6.825
Total	19.619	9.276
Circulante	10.273	4.697
Não circulante	9.346	4.579

(i) Parcelamentos federais e previdenciários

	31/12/2024			31/12/2023
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Parcelamento Federal simplificado PIS/COFINS	1.617	4.038	5.655	2.340
Parcelamento Federal simplificado IRPJ/CSLL	1.586	2.425	4.011	3.510
Parcelamento Federal simplificado IRRF/INSS	981	2.883	3.864	975
Total	4.184	9.346	13.530	6.825

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2026	4.006	2.246
2027	2.024	2.081
2028	1.749	252
2029	1.567	-
Total	9.346	4.579

13. Provisão para manutenção

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01 (R1), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Após revisão no cronograma das intervenções com base nas obras finalizadas e inclusão de novas obras no cálculo, concluindo desta forma para a reversão parcial da provisão para manutenção no período.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A movimentação da provisão de manutenção durante o período/exercício é como segue:

Resumo da movimentação	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	11.550	10.298
Adições	1.107	1.252
Reversões (i)	(6.474)	-
Saldo final	6.183	11.550
Circulante	748	8.836
Não circulante	5.435	2.714

(i) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisitou a estimativa das provisões para manutenção considerando o avanço das obras de recomposição encerradas até esta data.

Em 31 de dezembro de 2024, os investimentos programados em manutenções incluem recapamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R\$
2025	748
2026	1.223
2027	1.381
2028	1.724
2029	1.107
Total	6.183

14. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, os Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 31.874 acumulados até 31 de dezembro de 2024. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões	6.233	6.958
Prejuízo fiscal e base negativa	10.837	10.548
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(7.144)	(7.743)
Outros (i)	(16.050)	(13.812)
Total	(6.124)	(4.049)

(i) Estes valores são compostos por efeitos em relação a amortização linear do ativo intangível, bem como demais diferenças temporárias.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

Ano	R\$
2026	3.067
2027	6.196
2028	9.344
2029	12.298
2030	969
Total	31.874

d. Imposto de renda e contribuição social – Resultado, – Reconciliação da alíquota efetiva

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.682	2.557
Alíquota nominal	34%	34%
Despesas com imposto à alíquota nominal	(1.933)	(869)
Adições permanentes	(141)	(124)
	(2.074)	(993)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.074)	(993)
	(2.074)	(993)
Alíquota efetiva	36%	38%

15. Bloqueio judicial e provisão para demandas judiciais e administrativas

a. Bloqueio judicial

O aumento dos valores referentes aos depósitos judiciais no ano de 2024 se deu em razão dos bloqueios judiciais ocorridos nas execuções fiscais ajuizadas pela ANTT. A Transbrasiliana vem atuando de forma efetiva junto ao Judiciário Federal visando o desbloqueio dos valores.

b. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

São provisionados os riscos e montantes que, na opinião da administração com base na opinião de assessores legais, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, os saldos e movimentações da provisão são como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.750	739	6.489
Provisões	2.057	1.180	3.237
Pagamentos	(1.767)	(210)	(1.977)
Reversões	(1.476)	(238)	(1.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.564	1.471	6.035
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.734	348	6.082
Provisões	2.652	1.281	3.933
Pagamentos	(1.560)	(627)	(2.187)
Reversões	(1.076)	(263)	(1.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.750	739	6.489

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R\$ 124.925 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 94.758 em 31 de dezembro de 2023).

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	215	111.037	150	82.242
Trabalhistas	129	13.888	78	12.516
Total	344	124.925	228	94.758

16. Outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a pagar	9.800	419
Parcelamento ANTT	7.739	8.510
Outras contas a pagar	1.196	3.427
Total	18.735	12.356
Circulante	12.563	5.373
Não circulante	6.172	6.983

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$ 283.956 e 220.535 respectivamente totalmente integralizado, representado por 428.071.224 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 500.000.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Até 31 de dezembro de 2024, o acionista controlador realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia a título de futuro aumento de capital não reversíveis no montante de R\$63.421, convertido em Capital Social em dezembro de 2024.

c. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período.

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Período de nove meses findo em	Lucro (prejuízo) do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído - R\$ - expresso em reais
31/12/2023	1.564	428.071.224	0,00365
31/12/2024	3.608	428.071.224	0,00843

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidores que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

18. Receita operacional líquida

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de pedágios	231.810	210.812
Receitas acessórias	5.457	5.472
Receita de construção - Ativos da concessão	38.404	64.471
Tributos incidentes	(20.341)	(18.678)
Total	255.330	262.077

Reconhecimento e mensuração

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual.

É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao “Método de insumo” apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Tributos incidentes sobre prestação de serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) – Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) – Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	3,00% a 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

19. Custos e despesas por natureza

A seguir a composição das despesas por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Por natureza		
Pessoal	(35.499)	(33.816)
Amortização do intangível e ativos de contrato	(54.836)	(48.335)
Serviços de terceiros	(12.052)	(9.166)
Conserv. de revestimento vegetal	(1.400)	(482)
Conserv. de pavimento flexível	(6.803)	(9.170)
Serviço de atendimento hospitalar	(9.120)	(9.096)
Custo de contrato concessão	(8.919)	(9.072)
Provisão para manutenção	1.750	(678)
Custo de construção	(38.404)	(64.471)
Material, equipamentos e veículos	(11.972)	(14.990)
Remuneração dos diretores	(4.211)	(3.350)
Serviço consultoria jurídica	(2.530)	(4.153)
Depreciação do imobilizado	(686)	(1.886)
Outros	(9.500)	(9.965)
Total	(194.182)	(218.630)
Classificação da demonstração do resultado		
Custo dos serviços prestados	(161.495)	(186.190)
Despesas operacionais	(32.687)	(32.440)
Total	(194.182)	(218.630)

20. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	99	22
Total receitas financeiras	99	22
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	(49.979)	(34.977)
Outras	(5.586)	(5.935)
Total despesas financeiras	(55.565)	(40.912)
Total	(55.466)	(40.890)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro 2023, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;

Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, não há saldos desta categoria reconhecidos na Companhia.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos.

Classificação contábil e valores justos

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023.

Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

a. Risco de liquidez

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2024.

	Menos de 03 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	212	606	329	1.147
Debêntures	19.489	-	297.461	316.950
Fornecedores e outras contas a pagar	10.288	30.863	19.589	60.740
Total	29.989	31.469	317.379	378.837

b. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2024 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado.

c. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno.

Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

d. Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

e. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir:

Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP.

Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2024	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Debentures	316.950	IPCA +9,98% a.a.	9,98	9,98	31.632	12,48	39.540	14,97	47.447

Instrumentos	Exposição 31/12/2023	Risco	Taxa de juros efetiva	Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Debentures	311.719	Aumento IPCA	4,46	4,46	13.903	5,58	17.394	6,69	20.854

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros não fez parte do escopo de revisão dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R\$
Responsabilidade civil	De abril/2021 a maio/2025	20.000
Engenharia	De abril/2021 a abril/2025	147.093
Operacionais	De maio/2022 a maio/2025	74.802
Garantia	De março/2022 a março/2025	88.661

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

23. Benefícios a empregados

Em 6 de janeiro de 2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023 totalizaram R\$ 482 e R\$ 445, respectivamente.

24. Remuneração dos diretores

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

	31/12/2024	31/12/2023
Pró-labore	2.839	2.075
Encargos sociais	129	48
Benefícios diretos e indiretos	291	346
Participação nos resultados	952	881
Total	4.211	3.350

25. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na Nota Explicativa nº 22.

27. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Decorrente da verba de fiscalização

Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R\$4.635, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2024, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2025	4.635
2026	4.635
2027 até 2032	32.444
Total	41.714

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

b. Investimentos – Programa de Exploração da Rodovia (PER)

De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2024, os investimentos a serem realizados até o prazo final da concessão estão demonstrados a seguir:

Ano	Valor
2025	88.174
2026	83.163
2027	80.250
2028	122.587
De 2029 até 2033	83.272
Total	457.446

c. Termo de Acordo de Conduta (TAC)

Informa-se que o Termo de Acordo de Conduta (TAC) firmado com a ANTT, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R\$31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia, se encontra encerrado, uma vez que todas as cláusulas e obrigações foram cumpridas, conforme Ofício SEI n 9093/2024/COGIR/GEGIR/SUOD/DIR-ANTT.

* * *